

**À PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATO DE GESTÃO EM
SERVIÇOS DE SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS**

***Edital de Chamamento Público nº 05/2023-SES/GO - HEAL
Processo: 202300010035050***

INSTITUTO CEM, associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde no Estado de Goiás conforme Decreto nº 9.184 de 12 de Março de 2018, inscrito no CNPJ sob o nº 12.053.184/0001-37, entidade participante do Chamamento Público nº 01/2023-SES/GO - Processo: 202300010023416, por meio do seu **Diretor Presidente, JEZIEL BARBOSA FERREIRA**, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar **RECURSO** em face **Resultado Preliminar de Habilitação**, nos termos do Item 11.3 do Edital do mencionado Chamamento Público, requerendo, desde já, a sua **reforma** para o propósito de declarar o **HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS INABILITADO**, conforme razões que seguem:

(1.) - DA TEMPESTIVIDADE

A publicação do Resultado Preliminar de Habilitação do Chamamento Público nº 05/2023-SES/GO ocorreu na data de 06/03/2024.

Tendo em vista que o prazo para a apresentação de Recurso contra decisão de inabilitação é de **03 (três) dias úteis** APÓS a publicação do Resultado Preliminar de Habilitação, conforme previsão do Item 11.3 do Edital do Chamamento Público em referência, temos que este Recurso é tempestivo, razão pela qual se requer o seu regular recebimento e julgamento por esta Comissão Interna ou órgão competente da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

(2.) – DAS RAZÕES PARA A INABILITAÇÃO DO HMTJ

A) DA AUSÊNCIA DE CONTAS DE COMPENSAÇÃO NO BALANÇO PATRIMONIAL – VIOLAÇÃO DA ITG 2000, MANUAL DE PRÁTICAS CONTÁBEIS VINCULADAS AO TERCEIRO SETOR, OFÍCIO CIRCULAR DA SES E ENTENDIMENTO DA CIGSS/SESGO EM CHAMAMENTOS PÚBLICOS ANTERIORES

Consta no Envelope 2 do HMTJ o seu Balanço Patrimonial do Exercício de 2022.

Conforme se verifica desta demonstração contábil, **NÃO HÁ CONTA DE COMPENSAÇÃO**.

O INSTITUTO CEM fez apontamento neste sentido na Ata de Abertura do Envelope de Habilitação do Chamamento Público nº 05/2023.

Em resposta, está CIGSS/SESGO afirma que “**as Contas de Compensação não são consideradas para o cálculo de indicadores financeiros**”.

Quanto a esse item, informamos que o sistema de compensação é um sistema próprio de controle, à parte do Sistema Patrimonial conforme segue:

O sistema de compensação é um controle à parte do sistema patrimonial, ou seja, enquanto este último engloba as contas que compõem o patrimônio da empresa como um todo (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido), aquele abrange contas que servem exclusivamente para controle, sem fazer parte do patrimônio.

Tais definições também constam em manifestações emitidas pela comissão nos chamamentos públicos 01/2022, 02/2022, 03/2022 e 04/2022 – SES/GO, sendo assim, informamos que o edital exige para apuração dos índices econômicos financeiros o Sistema Patrimonial como base de cálculo. Em relação as Contas de Compensação, tendo em vista que são um sistema exclusivamente para controle, sem fazer parte do patrimônio, não são consideradas para o cálculo de indicadores financeiros exigidos no item 9.1.10.3 do edital.

Ocorre que tal entendimento afronta:

- a) Os itens 29 e 30 da ITG 2000;
- b) as práticas contábeis do Comitê do Terceiro Setor do CRC-GO, do qual a SES/GO fez a sua contribuição
- c) o Ofício Circular nº797.2020 – SES/GO

- d) o entendimento desta própria CIGSS/SESGO nos Chamamentos Públicos 01/2022, 02/2022, 03/2022 e 04/2022 – SES/GO.

Vejamos.

O item 30 da ITG 2000 diz que as contas de compensação podem ser obrigatórias por parte do órgão regulador, e na hipótese de não serem, a entidade deverá assegurar a existência de outros mecanismos que permitam verificar e controlar as informações que estariam nestas contas de compensação.

30. Exceto quando de uso mandatório por ato de órgão regulador, a escrituração das contas de compensação não é obrigatória. Nos casos em que não forem utilizadas, a entidade deve assegurar-se que possui outros mecanismos que permitam acumular as informações que de outra maneira estariam controladas nas contas de compensação.

Pois bem.

Conforme se verifica do Manual de Práticas Contábeis do Comitê do Terceiro Setor do CRC-GO, do qual a SES/GO faz parte e Ofício Circular nº797.2020 – SES/GO, tais contas de compensação são obrigatórias ou mandatórias, sendo, inclusive, EXIGIDAS PELO CRC/GO, SES/GO, MP/GO E TCE/GO:

MANUAL DE PRÁTICAS CONTÁBEIS		
Vinculado às Entidades do Terceiro Setor aplicado aos Contratos de Gestão e/ou Convênios com metas preestabelecidas		
6. ORIENTAÇÕES PARA OS REGISTROS DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES		
6º Lançamento	CONTA	NOMENCLATURA DA CONTA
	Débito 2.9.1.02.01	CONTRATO DE GESTÃO NR. XXXX/20X1
	Crédito 1.9.1.02.01	CONTRATO DE GESTÃO NR. XXXX/20X1
	Valor 2.000.000,00	
	Registro contábil do 1º recebimento do contrato de gestão (contas de compensação) Atendimento ao item nº 29 da ITG 2000 (R1)	
4º Lançamento	CONTA	NOMENCLATURA DA CONTA
	Débito 2.9.1.02.01	CONTRATO DE GESTÃO NR. XXXX/2019
	Crédito 1.9.1.02.01	CONTRATO DE GESTÃO NR. XXXX/2019
	Valor 500.000,00	
	Registro contábil dos valores do estoque inicial (compensação) Atendimento ao Item nº 11 da ITG 2002 (R2)	

Assim, uma vez que o Balanço Patrimonial do HMTJ não apresenta tais contas de compensação, ele DEVERIA, nos termos do item 30 do ITG

2000 apresentar outros mecanismos para prestar as informações que deveriam estar nestas contas, de modo atender o Manual de Práticas Contábeis do Comitê do Terceiro Setor do CRC-GO

E tais “mecanismos”, não existem!

Logo, há uma evidente violação de norma contábil no Balanço Patrimonial do HMTJ.

E mais!

A AFIRMAÇÃO POR PARTE DESTA CIGSS/SESGO DE QUE AS INFORMAÇÕES DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO NÃO SÃO CONSIDERADAS NA APURAÇÃO DE ÍNDICE FINANCEIRO EM CHAMAMENTOS PÚBLICOS CONTRADIZ SEU PRÓPRIO ENTENDIMENTO LANÇADO NOS CHAMAMENTOS PÚBLICOS n^{os} 01/2022, 02/2022, 03/2022 e 04/2022 – SES/GO, ONDE CONSIDEROU LANÇAMENTOS EM CONTAS DE COMPENSAÇÃO PARA MODIFICAR O ÍNDICE FINANCEIRO DO INSTITUTO CEM NESTES CERTAMES!

Considerando que identificada a **diferença** entre os valores de Compensações Ativas x Compensações Passivas o montante de **3.594.691,41** (201.268.288,11 – 204.862.979,52).

Considerando que as contas de compensações são um sistema **a parte** do sistema patrimonial. Entendemos que o valor acima identificado está compondo de forma **indevida** o Sistema Patrimonial, prejudicando a apuração dos índices contábeis. Nesse mesmo diapasão, caso haja paridade nos sistemas de compensação igualando os saldos das compensações ativas x compensações passivas, o índice de liquidez geral não atingiria o mínimo 1,000 conforme **item 5.3 i.4** do edital. Motivo esse da **inabilitação** da Participante sob o aspecto contábil.

Assim, questiona-se: o entendimento desta CIGSS/SEGO de considerar as contas de compensação para o cálculo do índice financeiro do ICM nos Chamamentos Públicos n^{os} 01/2022, 02/2022, 03/2022 e 04/2022 – SES/GO **foi equivocado?**

Se a resposta for **afirmativa**, logo estamos diante de uma conduta divergente por parte desta CIGSS/SESGO, devendo as declarações de INABILITAÇÃO naqueles Chamamentos Públicos serem anuladas!

Se a resposta for **negativa**, então o entendimento e a afirmativa por parte desta CIGSS/SESGO de que as contas de compensação não são importantes para o cálculo do índice financeiro do HMTJ, e que por esta razão “não devem ser consideradas”, é equivocado!

Portanto, requer seja reconhecido que o Balanço Patrimonial do HMTJ não atende as exigências dos itens 29 e 30 da ITG 2000, das práticas contábeis do Comitê do Terceiro Setor do CRC-GO, do Ofício Circular nº797.2020 – SES/GO e do entendimento desta própria CIGSS/SESGO nos Chamamentos Públicos 01/2022, 02/2022, 03/2022 e 04/2022 – SES/GO, razão pela qual deve ser declarada a sua INABILITAÇÃO no Chamamento Público 01/2023.

Outrossim, requer manifestação expressa por parte desta CIGSS/SESGO no seguinte sentido: as contas de compensação são ou não são consideradas para o cálculo de indicadores financeiros nos Chamamentos Públicos realizados pela SES/GO?

B) DA AUSÊNCIA DE PROVISÃO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO HMTJ DE AÇÃO JUDICIAL EM TRÂMITE NO STJ

Consta em trâmite no Superior Tribunal de Justiça ação de indenização por danos morais (Cauinomcrim 43) no qual o Ministério Público Federal exige a quantia de R\$ 106.733.741,56 do HMTJ e de R\$ 106.733.741,56 do seu Presidente José Mariano Soares de Melo.

cautelares”; (4) “a quantia supostamente paga à título de serviços jurídicos prestados foi, como já visto, no total de R\$ 53.366.735,78 e a determinação de bloqueio foi correspondente ao QUÁDRUPLO disso, visto que o MPF considerou o DOBRO em razão dos “danos” MORAIS, somando um total absurdo de R\$ 106.733.741,56 PARA CADA UM dos ora requerente.”.

O Ministro Benedito Gonçalves, em sede liminar, concordou com a exigência desta quantia do HMTJ e do seu Presidente.

III. DECISÃO

Ante o exposto, demonstrada na espécie a necessidade da medida assecuratória, presente o *fumus commissi delicti* e o *periculum in mora*, a constrição patrimonial dos requerentes HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS – HMTJ e JOSÉ MARIANO SOARES DE MORAES deve ser mantida.

Brasília, 23 de março de 2021.

Ministro Benedito Gonçalves
Relator

Ocorre, que tal exigência financeira não consta provisionada no Balanço Patrimonial do HMTJ, pois certamente afetaria o seu índice financeiro - ISG, na medida que o seu passivo total seria superior ao seu ativo total.

Portanto, requer o reconhecimento da ausência de provisão do montante exigido do HMTJ nos autos do Cauinomcrim 43 – STJ.

Reconhecida a ausência de provisionamento acima indicada, requer, por consequência, o reconhecimento de ausência de confiabilidade das demonstrações contábeis do HMTJ, que o índice ISG do seu Balanço Patrimonial é menor que 1.

Portanto, a INABILITAÇÃO do HMTJ no Chamamento Público no 05/2023 é medida que se impõe.

(3.) – DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer o regular recebimento e processamento deste RECURSO, para que, ao final, seja reformada a decisão constante do Resultado Preliminar de Habilitação, sendo declarado o HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS – HMTJ como **INABILITADO** NA ETAPA “ENVELOPE DE HABILITAÇÃO” no Chamamento Público nº 05/2023 – SES/GO - Processo: 202300010035050, convocando-se a abertura do “ENVELOPE DE HABILITAÇÃO” do 2º Colocado neste Chamamento Público.

Termos em que
Pede deferimento,

Goiânia, 08 de março de 2024.

JEZIEL
BARBOSA
FERREIRA:4763
0841191

Assinado de forma digital
por JEZIEL BARBOSA
FERREIRA:47630841191
Versão do Adobe Acrobat
Reader: 2023.008.20555

JEZIEL BARBOSA FERREIRA
Diretor Presidente